Entidades de defesa dos índios rompem com Funai

SAO PAULO (O GLOBO) — O Conselho Indigenista Missionário, a Associação Brasileira de Antropologia, as comissões pró-índio do Rio de Janeiro e São Paulo, entre outras entidades, divulgaram ontem documento anunciando o rompimento das conversações com a Funai até que "seja restabelecido aquele mínimo de confiança na condução da política indigenista oficial".

As entidades criticam a atuação da Funai e explicam que não mais participa-

rão da série de reuniões e do seminário sobre política indigenista que seria promovido pela Fundação Roberto Marinho.

O documento é subscrito pelo Conselho Indigenista missionário, Associação Brasileira de Antropologia, Comissão Pró-Índio de São Paulo, Comissão Pró-Índio do Rio de Janeiro, Comissão pela Criação do Parque Yanomami, Grupo de Estudos da Questão Indígena de Belo Horizonte e Associação Nacional de Apoio ao Índio de Porto Alegre.

O documento das entidades

"1 — Em meados do primeiro semestre do corrente ano foram contactados pela Fundação Roberto Marinho, que lhes propunha a realização de uma série de reuniões, que culminariam em um seminário de tema regional e caráter nacional, no qual se propiciaria a discussão de uma política indigenista adequada à região que serviria de tema.

"2 — Do referido seminário participariam as entidades signatárias da presente carta, a Fundação Nacional do Índio e a Fundação Roberto Marinho; esta última como instituição promotora, e todas elas como componentes da comissão organizadora.

"3 — Considerando da mais alta relevância a iniciativa da Fundação Roberto Marinho, que assim dava passo decisivo em direção a um diálogo frutífero entre missionários, profissionais da Antropologia e Linguística, associações civis de apoio ao índio e o órgão tutelar — a Funai —, prontamente anuíram as signatárias a que se realizassem conversações preliminares. Demonstravam, desse modo, sua disposição de contribuir positivamente para uma política indigenista defensora dos interesses das comunidades indígenas, que fosse racionalmente construída e eticamente defensável, mantendo-se, assim, fiel aos princípios da legislação vigente e da tradição política que não podem ser renegados e que nos vêm de Cândido Mariano da Silva Rondon e de todos aqueles que lhe seguiram o exemplo.

"4 — Nas conversações preliminares, estabeleceu-se entre as entidades, a Fundação Nacional do Índio e a Fundação Roberto Marinho que o seminário nacional obedeceria ao esquema seguinte:

"A) O primeiro tema seriam os índios de Minas Gerais, do Espírito Santo e do município de Porto Seguro, Bahia, como etapa inicial para a discussão sistemática e ampla que viria a englobar todos os grupos indígenas do País;

"B) O segundo tema seria, por iniciativa das entidades responsáveis por esta declaração, a análise crítica da estadualização da Funai, em vias de ser efetivada por delegação de poderes às suas representações regionais e aos governos estaduais e territoriais;

"C) O terceiro tema seria a questão das terras indígenas e sua demarcação;

"D) Na discussão do temário e de todos os trabalhos participariam as lideranças indígenas, livremente escolhidas por suas comunidades, em condições asseguradas pela presença de representantes da comissão organizadora;

"E) Para garantir pleno acesso às informações a serem amplamente debatidas pela comunidade nacional, concordou-se que as sessões estariam abertas à imprensa, a todos os organismos indigenistas do País e ao público em geral; que seriam gravados todos os debates e publicados sob a forma de anais; e ainda

que a comissão organizadora teria livre acesso às áreas temáticas, para a coleta de dados de campo necessários;

"5 — Durante a reunião realizada com a presidência da Funai, ficou acertado que o órgão tutelar forneceria a documentação pertinente à área temática — ou seja, os planos de demarcação territorial e os textos dos convênios Funai/Governos estaduais. Este material seria indispensável à orientação das comissões organizadoras que deveriam visitar todos os grupos indígenas das áreas temáticas, em vista da elaboração de um documento de trabalho para o seminário. Uma nova reunião preparatória foi marcada para 20 de junho. Até essa data, a Funai não remetera o material requisitado, o que acarretou a suspensão temporária das reuniões até que se estivesse de posse de tal material. Até o presente, as entidades não receberam da Funai qualquer explicação ou sugestão de novas datas.

"6 — Concomitantemente ao desenrolar dessas conversações, a Funai:

"A) Tomava nas áreas indígenas atitudes de total desrespeito à opinião e interesses dos índios, levando-os a saturação e fazendo com que convergissem, em grande número, à capital da República grupos de todo o país, protestando contra suas condições de vida e a omissão da Funai, no que se tornou em escândalo nacional; "B) Negava a identidade étnica de vários grupos indígenas, especialmente do Leste e Nordeste, tentando assim furtar-se a seu dever legal de tutela; "C) Demitia sumariamente de seus quadros ou forçava a pedir demissão advogados, antropólogos, geógrafos, educadores, sertanistas e médicos, que se recusavam a legitimar a violação da lei em detrimento dos direitos dos índios; "D) Fechava as áreas indígenas de todo País a pesquisadores e comunicadores sociais, impedindo assim trabalhos dos quais dependem conhecimentos necessários à condução de uma política indigenista racional e cerceando a liberdade de imprensa. "7 — Perante tais acontecimentos, incompatíveis com as condições estipuladas para a realização do seminário, as entidades signatárias consideram: "A) Que deixa de ter sentido essa reunião, na medida em que são contraditórios os propósitos anunciados pela Funai e sua atuação efetiva; "B) Que tal duplicidade de propósitos e atuação faz com que não persista aquele mínimo de confiança na atual direção da Funai, necessário para levar adiante o diálogo com alguma possibilidade de êxito.

"Assim sendo, estas entidades, diante da impossibilidade estabelecida pela Funai, através dos fatos expostos, quanto a um trabalho conjunto em favor dos povos indígenas, interrompem as conversações, declarando-se dispostas a reiniciá-las tão logo seja restabelecido aquele mínimo de confiança na condução da política indigenista oficial."

Andreazza: presidente da Funai é que pode responder

BRASILIA (O GLOBO) — O ministro do Interior, Mário Andreazza, disse ontem que "a Fundação Nacional do Índio tem um presidente com toda autonomia" e de sua confiança, e que "qualquer assunto relacionado ao órgão compete a ele falar".

— Eu sou a última instância e tenho por norma, quando escolho um auxiliar, dar a ele todo o poder e autonomia, descentralizando as decisões. Confio em todos, incluindo-se, é claro, o coronel João Carlos Nobre da Veiga, que preside a Funai com meu apoio pessoal.

A declaração de Andreazza foi a propósito do documento divulgado ontem, em São Paulo, por diversas entidades ligadas aos problemas dos índios, entre elas o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), rompendo periodicamente o compromisso de ajudar a Funai a traçar uma política indigenista, em protesto à atuação do órgão. O ministro informou que o coronel Nobre da Veiga encontrava-se no interior do Maranhão.

DECRETO

O presidente João Figueiredo assinou decreto ontem, incluindo um representante da Funai nos Conselhos Deliberativos das Superintendências de Desenvolvimento Regional do Ministério do Interior. — Sudam, Sudeco e Sudesul. O objetivo, é permitir que a Funai participe também do progresso de autorização da instalação de projetos públicos e privados nestas Superintendências.

Em sua exposição de motivos, o ministro Mário Andreazza afirma que a medida é de grande importância, porque aos Conselhos Deliberativos cabe a formulação das diretrizes e a aprovação dos programas destinados à promoção do bem-estar das populações existentes nas áreas de jurisdição das respectivas Superintendências. No seu entender, "não resta dúvida que essa atividade envolve interesse das comunidades indígenas presentes em todas as regiões e em diferentes estágios de integração à comunidade nacional".